

As Singularidades das Cooperativas de Trabalho Autênticas¹

The Singularities of Genuine Work Cooperatives

Eliene Gomes dos Anjos

Doutoranda do PPG Ciências Sociais da Unisinos

Mestre em Ciências Sociais pela UFBA

Diretora Geral da Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social (ABRAPPS)

Professora de Sociologia da FAT

Resumo

No contexto da reestruturação produtiva, diversas cooperativas de trabalho foram criadas no Brasil como intermediadoras da mão-de-obra. Segundo autores de referência nesse tema, essas cooperativas serviriam ao regime de acumulação flexível, ao funcionarem como um instrumento de precarização do trabalho, numa clara distorção do direito cooperativo. Ao mesmo tempo, multiplicam-se cooperativas de iniciativa dos próprios trabalhadores, caracterizadas por práticas de autogestão e por uma ênfase nos valores da cooperação e da solidariedade. Partindo da análise de dados sobre 1200 cooperativas registradas pelo Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária, essa comunicação tenciona discernir as singularidades dessas alternativas de trabalho e renda no que diz respeito às possibilidades de não reprodução das relações de exploração e de subordinação dos trabalhadores.

Palavras-chave: Cooperativas de trabalho, economia solidária, trabalho.

Abstract

In the context of productive reorganization, diverse work cooperatives had been created in Brazil as intermediate of the work force. According to authors of reference in this subject, the cooperatives would serve to the regimen of flexible accumulation, when functioning as an precarious work, in a clear distortion of the cooperative right. At the same time, proper workers cooperatives are multiplied, characterized by practical of self management and an emphasis in the values of the cooperation and solidarity. Considering the analysis of the data of 1200 cooperatives registered by the First National Mapping of the Solidary Economy, this communication intends to discern the peculiarities from these alternatives of work activities and income in what it refers about the possibilities of non reproduction of the exploitation and subordination on the ordinary workers relations.

Keywords: *Work cooperatives, solidary economy, work.*

1 INTRODUÇÃO

No contexto de reestruturação produtiva e acumulação flexível, assistimos à proliferação, na realidade brasileira, das cooperativas de trabalho como estratégia de

¹ Este artigo foi originalmente apresentado no GT Precarização, solidarismo e políticas públicas no mundo do trabalho, no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, na UFRJ, em julho de 2009.

precarização dos direitos trabalhistas, sobretudo na área industrial. Concomitantemente a esse quadro, multiplicam-se cooperativas por iniciativa dos trabalhadores, identificadas com os princípios basilares do cooperativismo. Essas cooperativas se baseiam nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. Esses valores estão consolidados em princípios não-capitalistas de organização empresarial e referenciados historicamente nas aspirações libertárias daqueles que se encontram em situação de subalternidade².

A exclusão de um número significativo de trabalhadores do mercado de trabalho formal, a partir da década de 1990, impulsionou o ressurgimento das cooperativas como uma alternativa às políticas de emprego. Como consequência desse quadro, as práticas cooperativistas possibilitaram dois tipos distintos de cooperativas: As cooperativas falsas ou *coopergatos* que são constituídas com o objetivo de diminuir os custos com a força de trabalho e aumentar a competitividade no mercado (LIMA, 2006), e as cooperativas autênticas, que se identificam com os princípios do cooperativismo, enfatizando os princípios da autogestão, cooperação e da solidariedade (SILVA, 2007).

A Organização das Cooperativas no Brasil (OCB) apresenta, no Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2008, o ramo do trabalho como o que tem maior número de cooperativas. Há 1.826 cooperativas de trabalho no universo das 7.672 registradas na OCB. Esse dado demonstra que as cooperativas de trabalho se constituem numa alternativa para gerar trabalho para aqueles que não conseguem mais um emprego, ainda que para muitos, essa alternativa seja somente uma estratégia de sobrevivência num contexto de desemprego estrutural.

O cooperativismo brasileiro é liderado historicamente pelas regiões Sul e Sudeste; porém, em 2007, as regiões Nordeste e Norte ampliaram seu desempenho com aumento de 6,3% e 5,5%, respectivamente, se comparado a 2006 (Anuário OCB, 2008). Todos os ramos de atividades das cooperativas, juntos, participaram, em 2007, com 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o que correspondeu a mais de R\$126,6 bilhões, equivalentes a um crescimento de 6,5% em relação ao ano anterior.

Além disso, milhares de cooperativas que não são registradas na OCB não engrossam as estatísticas para dimensionarmos a efetiva atuação do cooperativismo na economia brasileira³. Vale ressaltar que o Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mapeou as pequenas e médias cooperativas, que são identificadas como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)⁴. Nesse mapeamento,

² Não há uma definição consensual sobre cooperativas de trabalho. Na literatura recorrente sobre o cooperativismo, esse ramo é definido como intermediador de mão-de-obra. Porém, aqui utilizo a conceituação de Lima (2009, p.91). "Por cooperativas de trabalho, entendem-se formas autogestionárias de organização da produção, do controle da atividade laboral e do produto realizado pelos próprios trabalhadores. Constituem-se em associações voluntárias de trabalhadores que organizam a cooperativa, uma empresa da qual todos são sócios e participam dos processos decisórios, assim como do resultado do labor coletivo. Essas cooperativas têm como princípios fundamentais a democracia, a autonomia, a solidariedade e a igualdade social".

³ A OCB representa os diversos ramos do cooperativismo brasileiro. Todavia, não há uma obrigatoriedade legal de registro de todas as cooperativas que são criadas nessa organização. Como há uma divergência de princípios e práticas nas inúmeras experiências cooperativistas, algumas tendências, como as cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e muitas das cooperativas da vertente solidária, não se filiam a OCB.

⁴ Conforme Gaiger (2009, p. 181), o Empreendimento Econômico Solidário (EES) compreende as diversas modalidades de organização econômica criadas por trabalhadores livres associados que

realizado entre 2005 e 2007, estão cadastradas 2.111 cooperativas em todo o territorial nacional, equivalente a 9,7% dos empreendimentos relacionados.

Nas experiências cooperativadas relacionadas à economia solidária⁵, reivindica-se uma consciência social e política dos trabalhadores ao optarem por esse modelo de organização, visando escapar às regras capitalistas de trabalho e produção. Autores que desenvolvem pesquisas no meio popular como Singer (2002), Gaiger (2004), Coraggio (2007) Picanço e Tiriba (2004) investigam se esses empreendimentos têm potencialidade de se constituir em espaços de emancipação social que permitiriam experiências apartadas da relação salarial, por exemplo, construindo novos sentidos para o trabalho.

Partindo desse contexto, o objetivo deste texto é analisar as singularidades das cooperativas autênticas quanto às possibilidades de não reproduzirem relações de exploração e de subordinação dos trabalhadores. A pesquisa se dá mediante análise de um subconjunto de mais de 1.200 cooperativas registradas no Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária⁶.

2 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Para compreendermos as facetas e nuances do cooperativismo brasileiro atual, é necessário entendermos seu processo de desenvolvimento no país. Nas duas primeiras décadas do século XX, o cooperativismo no Brasil se expandiu com relativa rapidez, no que tange às cooperativas de consumo, de crédito e agropecuárias, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, entre 1920 e 1940, sofreu uma crise significativa, muitas cooperativas foram fechadas, outras estagnaram, outras não foram mais acompanhadas de perto por seus idealizadores e fundadores.

As cooperativas agropecuárias surgiram e se desenvolveram num contexto econômico e social rural; as iniciativas partiram de estratos sociais médios, mas com raízes rurais. Tais organizações cooperativas passam a se difundir junto a núcleos de imigrantes da região Sul e Sudeste, especialmente junto a imigrantes italianos, alemães, holandeses e japoneses.

Já as cooperativas de consumo tornaram-se fortes e numerosas na década de 1950 a 1960. Nessa época, porém, apenas 45% da população se concentrava nas regiões urbanas, e era ainda no meio urbano, local onde se originaram as primeiras cooperativas brasileiras, que elas continuavam a predominar, sendo mais dinâmicas e desenvolvidas que as do setor agropecuário. Posteriormente, porém, o panorama se modificaria. A partir de meados da década de 1960 até 1980, as cooperativas agropecuárias se expande e ultrapassam as cooperativas urbanas em inovação, capacidade de organização, importância econômica e no número de associados. Schneider e Lauschner (1979) atribuem essa estagnação do

veem na cooperação estratégia de eficiência e viabilidade. Esses empreendimentos são caracterizados pela posse coletiva dos meios de produção e do trabalho e a prática da autogestão.

⁵ A economia solidária volta-se para a construção de um conceito de economia que engloba os diversos aspectos da vida social, não se limitando apenas ao econômico, mas privilegiando o social e o político. Esse movimento, que no Brasil privilegia os que estão à margem da economia mercantil, propõe uma organização de trabalho e produção consolidada na solidariedade e na busca por mudanças sociais.

⁶ Para constituir esse subconjunto de cooperativas, trabalhamos com os seguintes critérios: a) ter sócios trabalhadores que atuam diretamente no empreendimento; b) ter atividades realizadas pelos sócios trabalhadores de forma coletiva, como: produção, prestação de serviços ou trabalho e troca de produtos ou serviços.

cooperativismo urbano ao desestímulo oficial, tanto no plano legal quanto no plano de crédito e da assistência técnica, estabelecendo uma série de barreiras para a expansão de cooperativas de consumo, crédito, etc.

Na década de 1970 a 1980, proliferam as cooperativas agropecuárias, especialmente na região Sul e Sudeste, onde é marcante a presença da pequena e média propriedade familiar, e na região cacauzeira do Nordeste. A razão dessa expansão é devida, em grande parte, à ação direta dos governos em escala estadual e federal, visando ao aumento da produção agrícola para abastecer uma população em expansão e, por outro lado, à agricultura de exportação. Outro elemento singular foi a sua vinculação a um só organismo federal, o Ministério da Agricultura, que oportunizou uma política de desenvolvimento cooperativista mais uniforme para esse tipo de cooperativa em detrimento dos demais.

Entre 1970 e 1980, houve uma redução do número de cooperativas devido, de um lado, à intensificação do ritmo de agregação (sobretudo fusões e incorporações), estimulado pelas “aberturas” da legislação cooperativista a partir de 1971; de outro lado, as exigências competitivas impostas pelo mercado internacional e pelo mercado interno, tornou inviável a sobrevivência de cooperativas com pequena capacidade de produção e de comercialização.

No sentido mais amplo, o tipo de cooperativismo agrícola empreendido no Brasil retrata o domínio de uma elite conservadora na promoção de uma economia predominantemente agroexportadora, um movimento vindo de cima para baixo, ancorado numa política de controle social e de intervenção estatal que não trouxe mudanças significativas para os trabalhadores no meio rural. Muito pelo contrário, esse modelo contribuiu para a concentração da propriedade fundiária e a instalação da desconfiança da organização cooperativa nos trabalhadores rurais.

Até a década de 1970, por exemplo, as cooperativas rurais nordestinas, em sua maioria, estavam organizadas seguindo a estrutura de classes da sociedade. As posições-chaves eram ocupadas pelos proprietários de alta renda, que assumiam também as lideranças políticas locais e regionais. Essas camadas superiores da população rural eram as maiores beneficiárias dos serviços da cooperativa, em termos de assistência técnica, empréstimo de equipamentos e crédito. É comum nessas cooperativas a figura do “dono da cooperativa”, ou seja, a pessoa física que é identificada como se fosse proprietária da sociedade cooperativa, única a definir a política da mesma, manter contatos com os bancos e órgãos de assistência técnica, enfim, a clássica figura insubstituível. Por isso, o cooperativismo rural nordestino tem sido mais um instrumento de controle do que de mudança (SCHNEIDER e LAUSCHNER, 1979; PINHO 1965).

Ainda na década de 1970, o cooperativismo adquire um novo fôlego com o movimento cooperativista de *new age*. No Brasil, esse movimento se generalizou na década de 1980 como uma reação ao desemprego estrutural provocado pelas mudanças tecnológicas e organizacionais na gestão do trabalho, mas também abrangeu formas alternativas de produção, como o movimento de fábricas recuperadas (LIMA, 2006, p. 76).

Nesse período, o cooperativismo do trabalho é o que apresenta maior crescimento no número de cooperativas. As primeiras cooperativas de trabalho no Brasil surgem em 1932 formadas pela mão-de-obra semiqualficada, trabalhadores braçais, artesãos, pescadores, motoristas de caminhões, entre outros. A partir de 1965, começam a surgir cooperativas de trabalho com perfis qualificados como médicos, dentistas, professores, etc, buscando solucionar problemas de inserção e intensa exploração no mercado de trabalho. (CULTI, 2008).

Entretanto, diversos estudos sobre as cooperativas de trabalho em regiões distintas do Brasil, apontam a sua utilização para flexibilizar as relações trabalhistas, e, como

consequência, a precarização do trabalho. Pesquisa realizada por Lima (2002), na região Nordeste do Brasil, demonstrou que o crescente número de cooperativas de trabalho nas zonas rurais estava atrelado a política de estímulo de modernização dessas áreas por parte dos governos estaduais, com a transferência de diversas fábricas do Sul e Sudeste do país. As cooperativas eram criadas independentemente da vontade do trabalhador, sendo a forma mais eficaz de diminuir os custos para o capital.

Atualmente, encontramos grandes empreendimentos cooperativos que funcionam como empresas empenhadas na profissionalização da gestão, voltados para a competição no mercado, administração racional, aumento do capital, crescimento econômico e em moderna tecnologia para obter ganhos de escala e de eficiência. Entretanto, percebemos diversas experiências de cooperativas surgidas no meio popular que se orientam por uma lógica autogestionária e que buscam uma inserção na economia para abranger os que se encontram em processos de exclusão, seja na formalidade ou informalidade (SINGER, 2003, 2002; PINHO, 2004; GAIGER, 2004). Dessa forma, as cooperativas autênticas ressurgem como alternativa de trabalho e renda para os que almejam um novo modo de produção justo e solidário.

3 ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA COMO ALTERNATIVA PARA A CLASSE TRABALHADORA

A perspectiva de análise que identifica a cooperativa como um fórum de politização de questões como desemprego e exclusão social, políticas públicas, desenvolvimento regional e sustentabilidade, encontra respaldo no conceito de Economia Solidária (SINGER, 2003, 2002b; GAIGER, 2004). Nessa perspectiva, a ligação dos membros componentes às cooperativas se faz em nome de uma intenção política, alimentada por uma representação política da democracia, que se apoia numa concepção de solidariedade constantemente reformulada, o que remeteria à possibilidade de reinvenção da emancipação social, via uma globalização alternativa e contra-hegemônica (SANTOS, 2002).

Essa lógica propiciou o ressurgimento da cooperativa como uma alternativa à exploração capitalista e um espaço de emancipação do trabalhador e objeto político na construção de uma outra sociedade, embasada na ética, no caráter dos associados e em sua mútua confiança e espírito de solidariedade. A cooperação presente nessas cooperativas, denominadas por alguns autores de *autênticas*, não se limitaria ao caráter utilitarista, onde os associados cooperariam pelos interesses individuais de cada um, mas na concepção solidária. Essa cooperação se dá de forma política, visando, além dos interesses individuais, os interesses coletivos (QUIJANO, 2002; SINGER, 2003; GAIGER, 2004).

Dessa forma, a cooperação defendida nos empreendimentos sob a vertente da economia solidária e nas cooperativas ligadas aos movimentos sociais, sob essa ótica de análise, está baseada na reciprocidade, confiança, pluralidade e no respeito ao outro, visto que propõe fundamentalmente a autonomia do coletivo. Assim, a cooperação é (res)significada de acordo com o contexto no qual se desenvolve. Nesse sentido, os autores do movimento cooperativista que defendem a economia solidária tecem uma crítica à lógica “economicista que reduz o fazer humano à busca racional do interesse próprio e à prática cooperativa de ter como objetivo final o lucro máximo” (ALBUQUERQUE, 2003, p.15).

Marx afirma que as fábricas geridas pelos próprios trabalhadores, nascidas no interior do modo de produção capitalista, reproduzem as contradições do sistema vigente e, ao mesmo tempo, representam as células do modo de produção dos produtores livres associados,

acreditando que é necessário se desenvolverem em nível nacional e, se o poder político não estiver nas mãos dos trabalhadores, os processos cooperativos representarão apenas um “estreito círculo dos esforços casuais de trabalhadores” (*apud*, JESUS e TILIBA, 2003, p.52). Dessa forma, analisou as fábricas cooperativas dos operários como a primeira ruptura da velha forma de produção, concluindo que no interior dessas organizações a

[...] contradição entre capital e trabalho está superada, mesmo que inicialmente apenas na forma de que os trabalhadores, enquanto associação, são seus próprios capitalistas, o que significa que utilizam os meios de produção para a valorização de seu próprio trabalho (*apud*, SINGER, 1998, p.128).

Singer (1998a) se apropria da percepção de Marx, afirmando que a cooperativa operária supera positivamente a contradição capital e trabalho, constituindo um elemento do modo de produção socialista que se desenvolve a partir do modo de produção capitalista. Entretanto, acrescenta ao postulado de Marx que “nem por isso a cooperativa deixa de funcionar competitivamente no mercado, o que a obriga a enfrentar problemas cuja solução nem sempre se coaduna com seus princípios” (p.129). Segundo ele, o que a experiência comprova é que as cooperativas, tomando todas em conjunto, apresentam vantagens comparativas em relação às empresas capitalistas, do ponto de vista dos consumidores ou dos produtores. Mas essas vantagens não tomam a forma de forças produtivas, mas de *desalienação*⁷ de consumidores e trabalhadores.

Em pesquisas realizadas nos empreendimentos solidários do Nordeste, Sul e Sudeste, Gaiger (2004) argumenta que essas experiências demonstram a

[...] emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência, restituição por certo incompleta e passível de retrocessos, mas assim mesmo efetiva e, por isso, decisiva como experiência humana (p.372).

Não obstante, vale ressaltar que as cooperativas populares também apresentam uma dimensão empresarial. Entretanto, os defensores dessa vertente afirmam que essa característica não se apresenta em detrimento da dimensão social⁸. Os aspectos econômicos, administrativos e técnicos são importantes como em qualquer outra organização. Isto é tão verdadeiro que “a maioria dos fracassos nas organizações cooperativas não se devem, provavelmente, à falta de espírito cooperativo, mas à falta de visão empresarial, de conhecimento do mercado e de visão técnico-administrativa” (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p.66), demonstrando assim, que o fracasso econômico do empreendimento gera, igualmente, o fracasso dos propósitos sociais.

A ação cooperativa proporciona significativas vantagens em relação às ações individuais; todavia é necessária uma administração que não renegue o desafio da educação e da capacitação como condição fundamental de êxito e a não degeneração da cooperativa para

⁷ Essa desalienação aconteceria, na visão de Singer, porque a forma cooperativa de organização, seja de consumo ou da prestação de serviços ou da produção para os mercados, permite e compele o diretamente interessado a participar nas discussões e negociações sobre questões do seu interesse.

⁸ Em tese, todas as cooperativas apresentam a dimensão empresarial e a social. Todavia, na prática cotidiana alguns desses empreendimentos priorizam uma determinada dimensão, principalmente a empresarial (cooperativas econômicas) em detrimento da outra.

uma empresa tão somente capitalista. A educação cooperativada deverá ser um processo permanente e constante de mobilização para a construção da democracia participativa e fiscalizadora (SCHNEIDER, 1999).

Algumas pesquisas realizadas nos empreendimentos solidários (Lima, 2004) reconhecem que todos os esforços são ainda insuficientes para fortalecer as iniciativas associativas solidárias. Muitas são as debilidades e os problemas constantes no cotidiano dos pequenos empreendimentos, tais como carência de capital de giro, acesso ao crédito, design, controle de qualidade, comercialização e tecnologia, ambiguidade da propriedade dos meios de produção, além dos problemas decorrentes de barreiras legais, da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados. A precária rede de articulação das diferentes experiências dificulta o intercâmbio e o amadurecimento pela reflexão comum dos êxitos e dificuldades, levando a um acentuado ritmo de natalidade-mortalidade dessas atividades.

Como forma de solucionar problemas advindos da fragmentação dessas iniciativas, Lima (2004) sugere a construção de uma estratégia que articule politicamente as redes constitutivas da economia solidária, numa perspectiva futura de desenvolvimento macronacional, que estabeleça elos com os demais setores da economia, constituindo um projeto de integração ativa no mercado mundial. Não obstante, Gaiger (2004, p. 379), ao analisar os empreendimentos solidários que superaram os primeiros anos de organização e se consolidaram como experiências solidárias, depreende que há uma escolha consciente do solidarismo diante de outras opções, como o retorno às formas de vida econômicas antes praticadas.

Percebemos que as experiências históricas da classe trabalhadora de luta para superar crises econômicas, sociais e políticas tiveram como elemento de (re)estruturação a concepção de solidariedade relacionada a projetos de transformação social. Para Pires:

[...] a ideia-chave do tema solidariedade repousa na noção de reciprocidade. Esta entendida como uma troca indissociável das relações humanas e fonte de sociabilidade que se traduz no sentimento não apenas de pertencimento à humanidade, mas de dívida em relação às sociedades passadas e compromisso em relação às gerações futuras (2004, p.79).

Considerando a crise do mundo do trabalho que vivenciamos, o tema da solidariedade retorna com toda força, apresentando-se como elemento aglutinador de atividades produtivas que objetivam uma maior participação coletiva. Assim, aumenta significativamente o número de adeptos na crença de que as associações e cooperativas poderiam se constituir numa alternativa na geração de emprego e renda (SANTOS, 2002; SINGER, 2003, 2002ab; GAIGER, 2004).

Entretanto, não podemos desconsiderar os questionamentos de Quijano (2004) quando salienta que não basta a presença da solidariedade como norteador de comportamento das pessoas de uma determinada organização para que essa possa ter vitalidade e viabilidade necessária para se tornar um modo alternativo de produção. Por outro lado, ressalta que “a ausência de solidariedade debilita o esforço de manter a vitalidade de um exercício alternativo” (2004, p. 489).

4. AS COOPERATIVAS DA VERTENTE SOLIDÁRIA

No Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária, foram registrados 21.855 empreendimentos que se identificam com os valores da solidariedade, autogestão, democracia

e cooperação. Desse universo, 2.111 são cooperativas de serviços, trabalho, comercialização, crédito, produção industrial, artesanal e agropecuária. Tencionando identificar a reconfiguração do trabalho nas cooperativas da vertente solidária, foi delimitado um subconjunto para aquelas que têm sócios que trabalham ou atuam diretamente nos empreendimentos e realizam de forma coletiva a produção, a prestação de serviço ou o trabalho. Desse modo, essa investigação pode dispor como objeto de análise, de um banco de dados formado por 1.257 cooperativas, cuja motivação principal é a geração de trabalho e renda para seus associados.

Do universo pesquisado, 93,4% das 1.257 cooperativas analisadas estavam funcionando no período de realização do mapeamento entre 2005 e 2007. Dessas, 41,5% foram criadas na década de 90 e 48,9%, na primeira década do novo milênio. Nos últimos dois decênios, foram criadas 90,4% das cooperativas identificadas com a economia solidária. Esse crescimento vertiginoso pode ser explicado, como hipótese, devido ao fortalecimento das alternativas no meio popular para o enfrentamento ao desemprego estrutural, a rede de apoio constituída pelas Incubadoras de Cooperativas Populares nas Universidades, a atuação das Caritas, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os governos populares.

A representação geográfica das cooperativas de trabalho demonstra uma mudança na prática cooperativa nas regiões e na área de atuação. O Sul historicamente tem uma cultura cooperativista e continua liderando com o maior percentual, de 28,4%. O Nordeste aparece em segundo lugar, com 27%, demonstrando uma mudança na prática cooperativista na região tradicionalmente relacionada às relações de dominação dos grandes fazendeiros. O Sudeste, o mais industrializado do país, vem em terceiro, com 24%. Esses dados não são suficientes para afirmar que há uma nova concepção de cooperativas no Nordeste e uma redução desse tipo de empreendimento no Sudeste. Uma análise qualitativa pode aprofundar as razões dessas transformações.

Quanto às áreas de atuação das cooperativas, há uma concentração no urbano (49,7%), 28,8% ficam entre o urbano e o rural, e 21,4% exclusivamente rural. Essas estatísticas vão de encontro ao banco de dados da Organização Cooperativista Brasileira (OCB) que, com base no anuário de 2007, infere que o retrato do cooperativismo brasileiro ainda é rural. Tal singularidade da vertente solidária evidencia, a princípio, que a ascensão dessas cooperativas no meio urbano demonstra a vitalidade das camadas populares na busca de alternativas aos processos de exclusão e desigualdade.

O impacto dessas cooperativas na reconfiguração do trabalho é ambivalente. O motivo principal para criação do empreendimento foi o desemprego, para 39,4%. Essa constatação reforça a tese que apresenta a economia solidária como alternativa à geração de trabalho e renda. Não obstante, é altamente significativo que o segundo motivo mais citado seja obter maiores ganhos num empreendimento associativo, com 23,5%. Esse segundo dado nos permitiria trabalhar com a hipótese de que há uma escolha consciente por um formato de produção alternativo, baseado em valores de cooperação e de solidariedade.

As condições efetivas dos direitos e benefícios dos trabalhadores ainda não permitem uma resposta categórica quanto às potencialidades desses empreendimentos se constituírem em alternativa ao trabalho assalariado, via constituição do trabalho associado. Apesar de serem espaços democráticos de participação e decisão dos sócios, com 87,1% das cooperativas utilizando-se de assembleias, 75,8% delas não estão conseguindo garantir remuneração fixa aos sócios que trabalham. Esse índice tão elevado pode ser explicado, inicialmente, porque 79,1% dos sócios que trabalham não o fazem necessariamente em regime integral e recebem por horas. Contudo, é relevante que 11,1% declarem não estar conseguindo remunerar os sócios trabalhadores. Somente 15,1% afirmam remunerar nas

férias; 29,5% garantem qualificação profissional como benefícios e direitos. Para 60,15% das cooperativas, não há garantias, benefícios e direitos para os sócios que trabalham. Para as cooperativas que estão conseguindo remunerar mensalmente os sócios trabalhadores, 75,9% recebiam até dois salários mínimos vigente em 2007. Esse valor se situa na média da renda do trabalhador brasileiro.

Entender os limites dessas cooperativas em garantir direitos sociais aos seus trabalhadores exige uma análise macro das condições de funcionamento no mercado capitalista, não sendo possível nesse artigo; porém, há indícios para visualização das dificuldades. As cooperativas estão inseridas na lógica de produção e comercialização capitalista, para garantir a produtividade e a contratação dos seus serviços esbarram no processo de reprodução global do capital. O fim do trabalho assalariado e da subordinação do trabalhador ao empregador está superado em relação ao contrato. Todavia, a viabilidade econômica da cooperativa no capitalismo exige inúmeras vezes a adoção da lógica mercantil para garantir sua sobrevivência. Um exemplo concreto é a dificuldade de comercialização dos produtos ou serviços para 61,1% delas.

As peculiaridades das cooperativas não as isentam da carência de investimentos. Cerca de 60,5% iniciaram suas atividades com recursos dos próprios sócios e somente 19,9% tiveram acesso a algum tipo de financiamento. Por outro lado, 54% afirmam que não obtiveram crédito, mas entre aquelas que conseguiram financiamento, 52,4% estão com os pagamentos em dia. Das 1.257 cooperativas analisadas, 74,6% declaram a necessidade de financiamento com a finalidade de custeio ou capital de giro e investimento. Entretanto, 50,7% enfrentam ou já enfrentaram dificuldades para obtenção de crédito.

Atualmente há diversas políticas de incentivos para o financiamento popular através dos bancos públicos e cooperativas de crédito. Todavia, as dificuldades de acesso ao crédito para os pequenos e médios empreendimentos persistem. Dentre as mais citadas estão a falta de garantia ou aval, taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento e prazos de carência inadequados a sua realidade. Ainda assim, 58,9% das cooperativas afirmaram ter feito algum tipo de investimento nos últimos 12 meses.

Construir o perfil das cooperativas de trabalho e produção da vertente solidária, a partir de dados quantitativos, possibilita um retrato mais fiel das possibilidades e dilemas dessas alternativas para aqueles que buscam reconfigurar o trabalho. Esse processo em construção vem demonstrando as ambiguidades da prática, em face do que é defendido como projeto político para as cooperativas e da concorrência que sofrem no mercado. Não obstante, há peculiaridades nessas cooperativas que destoam das suas congêneres no país. O crescimento da economia solidária propiciou a inclusão das cooperativas em espaços de sociabilidade política. Do subconjunto investigado, 57,6% participam de rede ou fórum de articulação, 50,7% têm relação com movimentos sociais e populares e 56,1% desenvolvem alguma ação social ou comunitária. Esses dados reafirmam pesquisas anteriores que concluem existir uma outra lógica nesse tipo de empreendimento para além dos interesses utilitaristas.

Assim, de acordo com as análises realizadas até então, inferimos que essas cooperativas se caracterizam por práticas democráticas e sérias dificuldades em garantir benefícios e direitos sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados das cooperativas registradas no mapeamento da SENAES, infere-se uma autonomia dos trabalhadores frente à gestão do trabalho. Entretanto, a autonomia

alcançada pela autogestão é limitada, pois não basta adotar práticas democráticas na direção do empreendimento; a forma concreta que o trabalho assume está relacionada com as relações externas às cooperativas. Quando essas relações se dão com outros empreendimentos movidos exclusivamente pela lógica capitalista, os trabalhadores são obrigados a assumir a dualidade alertada por Marx, tornando-se patrões de si mesmo e exigem o mesmo grau de produtividade daqueles que não se libertaram do sistema salarial.

É pertinente a reflexão de Méda (1999) sobre a utopia do trabalho libertado: “A característica maior do trabalho assalariado, e que o distingue radicalmente do trabalho independente, é o laço de subordinação que existe entre o assalariado e seu empregador” (1999, p. 149). Essa subordinação estaria superada na maior parte das cooperativas analisadas, pois declaram práticas democráticas de gestão e ausência do assalariamento. Contudo, esse contexto exige uma análise qualitativa do trabalho no cotidiano das cooperativas da vertente solidária, pois o fim do assalariamento não é suficiente para a emancipação do trabalho. É preciso compreender a constituição do trabalho associado, relacioná-lo com outros indicadores, como a relação com as empresas tomadoras de serviços, inserção em cadeias produtivas e assim inferir o grau de autonomia adquirido.

A autonomia do trabalho questionada por Méda nas práticas autogestionárias se alicerça no argumento que a apropriação coletiva dos meios de produção não mudaria muita coisa nas condições concretas de trabalho. “Porque o problema não é a propriedade dos meios de produção, mas o próprio caráter do trabalho atual, o fato de a eficácia produtiva continuar a ser o seu fim” (1999, p. 165). Não podemos afirmar que a produtividade é a finalidade dessas cooperativas, mas como empreendimentos econômicos, ainda que mantenham suas peculiaridades, enfrentam as exigências da concorrência mercantil e, em alguns casos, essas exigências terminam se opondo aos princípios cooperativistas.

Não obstante, empregar a autogestão, a cooperação e solidariedade entre aqueles que vivenciam a subalternidade possibilita experiências emancipatórias. Pesquisa realizada por Magalhães e Abramovay (2007), na região sisaleira da Bahia, demonstra que a associação de trabalhadores rurais em cooperativas de crédito vem possibilitando a emancipação econômica e política das relações clientelística e coronelística presentes historicamente no cotidiano desses sujeitos. A partir da prática associativista para terem acesso ao financiamento, esses trabalhadores constituíram laços de solidariedade e um vínculo social que os uniu permitindo mudanças culturais nas relações de apadrinhamento com pessoas que tradicionalmente detêm o poder econômico e político da região.

Em suma, as cooperativas de trabalho autênticas não estão isentas de contradições e reflexos; todavia, dissemina-se a ideia de uma vida associativa, na qual os atores buscam construir uma emancipação política e econômica, ainda que apresente limitações e dificuldades na sua efetividade. Essas práticas se reportam a uma maior participação democrática como pressuposição do fortalecimento da sociedade civil e à criação de uma nova sociabilidade sedimentada na cooperação e solidariedade.

6 REFERÊNCIAS

- ANJOS, Eliene G. Coprasul: Entre o idealizado e o vivido. Uma análise da prática cooperativista no MST. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais do PPGCS/FFCH/UFBA, Salvador, 2005, p. 144.
- ALBUQUERQUE, Paulo P. Associativismo. In: CATTANI, David. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 15-20.

- CORAGGIO, José L. Uma perspectiva alternativa para la economia social: De la economia popular e a la economia del trabajo. In: La economia social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007, p. 165-194.
- CULTI, Maria N. O cooperativismo popular no Brasil: Importância e representatividade. Disponível em <http://www.ecosol.com.br/publicacoes>. Acesso em maio de 2008.
- GAIGER, L. I. G. Empreendimento econômico solidário. In: Dicionário internacional da outra economia. CATTANI, D; LAVILLE J; GAIGER, L; HESPANAHA, P. (org). Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 181-187.
- _____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais nº. 79, RC, CS, Centro de Estudos Sociais – CES, dezembro de 2007.
- _____. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LIMA, A.L.M.C. O fenômeno da economia solidária: Reflexão em um campo de estudo controverso. Disponível em: <http://integração.fgusp.br/anoc/04administrado.htm>. Acessado em 01 de janeiro de 2004.
- LIMA, Jacob. Cooperativas de trabalho. In: Dicionário internacional da outra economia. CATTANI, D; LAVILLE J; GAIGER, L; HESPANAHA, P. (org). Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 91-95
- _____. O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas. In: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 69-80.
- _____. Cooperativas falsas ou cooperatos. In: Dicionário de Trabalho e tecnologia. CATTANI, D; HOLZMANN, L. (org). Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006, p. 71-73.
- _____. As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- MAGALHÃES, Reginaldo; ABRONOVAY, R. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 22, nº 63 fev/2007, p. 107-119.
- MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, 1980, v. I.
- MÉDA, Dominique. O trabalho, um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de Século, 1999.
- PINHO, Diva B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.
- PIRES, M. L. L. S. O cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste do Quebec. Recife: Editora Massangna, 2004.
- QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 475- 514.
- SANTOS, Boaventura de S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHMIDT, D. e PERIUS, V. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, D. A outra economia, Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 63-72.
- SILVA, Selma C. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia? In: A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização. DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 147- 166.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, p. 81-130.

- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.
- _____. SOUZA, André R. *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. *Uma utopia militante: Repensando o socialismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.
- _____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998b.
- SCHNEIDER, J; LAUCHNER, R. *Evolução e Situação Atual do Cooperativismo Brasileiro*. In: *O Cooperativismo no Brasil: Enfoques, análises e contribuição*. Rio Grande do Sul: Friedrich Naumann e Associação de Orientação às Cooperativas, 1979, p. 1-58.
- SCHMIDT, D. e PERIUS, V. *Cooperativismo – cooperativa*. In: CATTANI, D. *A outra economia*, Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 63-72.
- Sistema OCB. *Anuário do cooperativismo brasileiro*. 2008.
- TIRIBA, L; PICANÇO, I. *Introdução. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”*. In TIRIBA, L; PICANÇO I. (org). *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004, p. 19-32.
- VIEITEZ, C. G; DAL RI, N. M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.